



SPMS
EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 29/04/2022, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O Conselho Fiscal no âmbito do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS solicitou ao Revisor Oficial de Contas revisão limitada das demonstrações financeiras integradas no relatório do 1.º trimestre elaborado pelo Conselho de Administração, o qual emitiu Relatório em 23 de maio de 2022, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o PAO para 2022, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2022 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

O Conselho Fiscal emite o presente relatório tendo ainda por base a análise efetuada a diversos documentos remetidos pela SPMS na sequência de pedido formulado por este órgão, os esclarecimentos prestados pelos Serviços Financeiros e pelo Conselho de Administração.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho¹.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019.



R
J
de

CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE**3.1. Execução Orçamental**

A execução orçamental da receita até ao final do primeiro trimestre de 2022, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 6.956 milhares de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 1.ºT2022	Execução no período (%)	Receita cobrada no 1.ºT2021	Δ 2022/2021 (%)
3.1.9-Transferências correntes	48 439 894	6 131 982	12,7%	7 973 294	-23,1%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	51 765	51 765	100,0%	507	10110,1%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	1 125 922	0	0,0%	0	-
4.4.1-Projetos SAMA FSE	2 280 137	169 014	7,4%	39 176	331,4%
4.8.2-3-4-Projetos diretamente financiados pela EU	77 695 567	90 113	0,1%	0	-
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	29 884 232	0	0,0%	0	-
5.1.2-Projetos diretamente financiados pela EU		0		17 033	-100,0%
5.1.3- Transferências correntes	44 005	0	0,0%	0	-
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	3 080 095	513 115	16,7%	244 816	109,6%
5.1.3-Venda de bens de investimento	69 912	0	0,0%	0	-
Total de receitas correntes	162 671 529	6 955 989	4,3%	8 274 826	-15,9%
Saldo de Gerência	8 636 892	5 325 619	61,7%	0	-
Total	171 308 421	12 281 608	7%	8 274 826	48,4%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

A execução da receita no 1º trimestre de 2022 representou cerca de 4,3% da receita prevista para 2022. Das receitas cobradas, mais de 88% correspondeu a transferências correntes, 7,3% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades e 3,7% teve origem em programas comunitários (SAMA FSE e projetos diretamente financiados pela UE), salientando-se que relativamente aos contratos-programa com a ACSS referentes a projetos em desenvolvimento e iniciativas Covid 19, não se verificou a cobrança de quaisquer receitas não obstante a previsão para 2022 de cerca de 30 M€ a este título.

Relativamente ao período análogo de 2021 verifica-se uma redução das receitas cobradas em 15,9%, em resultado essencialmente da quebra de 23,1% nas transferências correntes (cerca de 1.841 milhares de

**CONSELHO FISCAL**

euros) não ter sido compensada pelo aumento verificado nos projetos SAMA FSE (+130 milhares de euros) e faturação ao SNS e outras entidades (+268 milhares de euros).

No que se refere à despesa, com uma dotação corrigida anual de 162,7 M€, a respetiva execução até ao final do primeiro trimestre totalizou 3,2 %, correspondendo a cerca de 5,2 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 1.ºT2022	Execução no período (%)	Despesa paga no 1.ºT2021	Δ 2022/2021 (%)
01-Despesas com pessoal	20 680 352	0	20 680 352	2 349 678	11,4%	2 174 593	8,1%
02-Aquisições de bens e serviços	95 281 431	1 029 456	94 251 975	2 340 850	2,5%	2 243 834	4,3%
06-Outras despesas correntes	3 716 710	0	3 716 710	526 246	14,2%	843 875	-37,6%
Total de despesas correntes (A)	119 678 493	1 029 456	118 649 037	5 216 774	4,4%	5 262 302	-0,9%
07-Aquisição de bens de capital	42 993 036	0	42 993 036	0	0%	0	0,0%
Total de despesas de capital (B)	42 993 036	0	42 993 036	0	0%	0	0,0%
Total (A)+(B)	162 671 529	1 029 456	161 642 073	5 216 774	3,2%	5 262 302	-0,9%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

Não obstante a despesa executada ter-se circunscrito a 5,2 M€, o valor dos compromissos assumidos ascendeu a 35 M€, ou seja, 22% da dotação anual disponível.

O baixo grau de execução da despesa é explicado pelo Conselho de Administração pela não execução de despesa em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência e em relação ao Contrato Programa com a ACSS.

Do total da despesa paga no trimestre em apreço, 45% corresponde a despesas com o pessoal, 44,8% a aquisição de bens e serviços e 10% a outras despesas correntes, verificando-se que, não obstante globalmente se verificar uma redução de 0,9% comparativamente ao valor das despesas no 1º trimestre de 2021, as despesas com o pessoal e com as aquisições de bens e serviços aumentaram de 8,1% e 4,3%, respetivamente.

3.2. Execução económica e financeira

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de março de 2022, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

**SPMS**
EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL**Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados**

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento anual	Orçamento 1.ºT2022 (1)	Execução T1/2022 (2)	Execução T1/2021 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2022/2021 %
Rendimentos	209 016 581	52 254 145,2	15 298 754,3	14 087 075,4	- 36 955 390,9	8,6%
Prestações de serviços	24 296 124	6 074 030,9	4 923 967,2	2 253 483,9	- 1 150 063,7	118,5%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	184 348 299	46 087 074,8	10 065 888,2	11 579 972,0	- 36 021 186,6	-13,1%
Outros rendimentos e ganhos	372 158	93 039,5	308 898,9	253 619,5	215 859,4	21,8%
Gastos	200 479 350	50 119 837,6	13 943 334,7	14 804 456,2	- 36 176 502,9	-5,8%
Fornecimentos e serviços externos	186 549 478	46 637 369,5	11 092 986,2	12 135 896,0	- 35 544 383,3	-8,6%
Gastos com pessoal	13 804 872	3 451 218,1	2 667 590,5	2 594 784,0	- 783 627,7	2,8%
Outros gastos e perdas	125 000	31 250,0	182 758,1	73 776,1	151 508,1	147,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 537 231	2 134 307,6	1 355 419,6	- 717 380,8	- 778 888,0	-288,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 283 758	820 939,4	599 019,1	575 239,1	- 221 920,3	4,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 253 473	1 313 368,2	756 400,5	- 1 292 619,8	- 556 967,7	-158,5%
Resultado antes de impostos	5 253 473	1 313 368,2	756 400,5	- 1 292 619,8	- 556 967,7	-158,5%
Imposto sobre o rendimento	1 040 000	260 000,0		1 140	- 260 000,0	-100,0%
Resultado líquido do período	4 213 473	1 053 368,2	756 400,5	- 1 293 759,7	- 296 967,7	-158,5%

Como se constata, no final do primeiro trimestre de 2022, o resultado líquido da SPMS totaliza 756.400,50 €, o que representa uma variação bastante favorável face a igual período de 2021 em que verificou um valor negativo de 1.293.967,70 €. Igualmente o resultado operacional teve uma evolução favorável passando de um resultado negativo de 1.292.619,80€ em 2021 para um resultado positivo de 756.400,50€. De salientar que, de acordo com o explicado pela empresa, *“a variação do resultado líquido, face ao período do ano anterior deve-se, maioritariamente, ao aumento da rubrica de prestação de serviços. Em 2022 passou a reconhecer-se o contrato programa através de duodécimos, tendo sido reconhecido a março três duodécimos. O contrato programa é faturado tardiamente pelo que se optou pelo reconhecimento de duodécimos, de forma a refletir melhor os rendimentos durante o ano.”*

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2021, os rendimentos tiveram um incremento global de 8,6%, uma vez que não obstante a redução de 13,1% nos rendimentos associados às transferências correntes, se verificou um incremento significativo nos rendimentos decorrentes da prestação de serviços (118,5%) e de outros rendimentos e ganhos (21,8%), verificando-se, contudo, um desvio significativo face ao valor orçamentado.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

CONSELHO FISCAL

b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se uma redução global de 5,8% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou da redução nos fornecimentos e serviços externos que registou uma redução de 8,6%, apesar de se verificarem aumentos relativamente aos gastos com pessoal (2,8%) e outros gastos e perdas (147, 7%) sendo a variação deste último explicada pela empresa pelo aumento das correções relativas a períodos anteriores.

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 158.º do DLEO)

Nos termos do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados no ano anterior os seguintes gastos operacionais:

- ✓ *"a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado";*
- ✓ *b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;*
- ✓ *c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria".*

No que concerne aos encargos com o pessoal, verificou-se um aumento de 2,8% justificado pela SPMS pelo aumento do número de recursos humanos existentes a 31/12/2021.

Quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel e à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verificou-se um aumento do valor deste agregado no 1.º trimestre de 2022 face ao período análogo de 2021, o qual resultou essencialmente do aumento dos gastos com comunicações em mais de 530 mil euros, justificado pela SPMS no facto de as faturas da Rede Informática da Saúde (RIS) do período homólogo do ano anterior terem sido registadas no terceiro trimestre de 2021.

Apesar de se verificar uma evolução significativa do peso dos gastos operacionais no volume de negócio, que passou de 654% no 1.º trimestre de 2021 para 279% no período em apreço, o mesmo continua a apresentar um valor elevado.

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um acréscimo na ordem dos 36,5% do passivo da sociedade face ao período análogo de 2021.

O prazo médio de recebimentos ponderado fixou-se nos 22,5 dias tendo em conta a média trimestral (despacho 9870/2009). O prazo médio de pagamentos ponderado situa-se nos 24,5 dias. O prazo médio de pagamentos está de acordo com o objetivo da SPMS, que se fixou nos 30 dias.

**CONSELHO FISCAL****Quadro 7 – Dívida e Prazo Médio de Pagamentos**

Dívida e PMP	2021 T1 (€)	2022 T1 (€)	Δ		31/12/2021 (€)	Δ
			T1 2022/T1 2021			T1 2022/31-12-2021
			€	%		%
Dívida Total	7 156 478	6 889 353	- 267 125	- 3,7%	1 315 424	423,7%
Dívida Vencida	3 754 405	4 878 970	1 124 565	30,0%	288 255	1 592,6%
PMP ponderado (dias)	67,26	24,5	- 42,76	- 63,6%	24,51	0,0%

De acordo com a informação prestada pela SPMS grande parte da dívida do 1.º Trimestre de 2022 corresponde aos seguintes fornecedores: MEO no âmbito do SNS24; SIGESA (licenciamento) e Altran (prestação de serviços). De salientar também que a discrepância entre o momento em que são apresentadas as faturas do SNS24 para pagamento e o momento da receção de receita por parte da SPMS, gera muitas vezes um aumento da dívida e conseqüentemente do PMP.

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 1º trimestre de 2022 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de março de 2022 no valor de 756.401 euros, situando-se o EBITDA em 1.355 milhares de euros.

em 13-10-2022

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

O Vogal

O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2022

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais elaborados e apresentados pelo seu Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2022, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração dos seus relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma breve análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras reportadas ao final do 1.º trimestre de 2022, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 1.º Trimestre de 2022, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 31 de março de 2022, que evidencia um total de 75.011.098 euros e um total de património líquido de 52.541.895 euros, incluindo um resultado líquido de 756.401 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 31 de março de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos, por referência aos valores contratados no exercício anterior, atendendo a que ainda não entrou em vigor o Orçamento de Estado para 2022. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 1.º trimestre de 2022 a receita cobrada líquida ascendeu a 12.281.608 euros e a despesa total paga ascendeu a 5.216.774 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 1.º trimestre de 2022 engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 5.325.619 euros, que representa 43,4% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre. Sem este efeito, a receita cobrada no trimestre ascenderia a 6.955.989 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2021, apresentando-se igualmente o valor orçamentado para o total do exercício de 2022:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2022		Receita cobrada líquida 1ºT2022		Receita cobrada líquida 1ºT2021		Variação 2022/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
3.1.9 Tr. Correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	31.000.000	18,1%	6.000.000	48,9%	7.750.000	93,7%	-1.750.000	-22,6%
3.1.9 Tr. Correntes ACSS CC - SNS24	15.047.000	8,8%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
3.1.9 Tr. Correntes ACSS CC - CCMSNS	2.392.894	1,4%	131.982	1,1%	223.294	2,7%	-91.311	-40,9%
3.1.9 Reposições não abatidas aos pagamentos	51.765	0,0%	51.765	0,4%	507	0,0%	51.258	10116,8%
4.1.1 Projetos SAMA FEDER	1.125.922	0,7%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
4.4.1 Projetos SAMA FSE	2.280.137	1,3%	169.014	1,4%	39.176	0,5%	129.837	331,4%
4.8.2 Projetos diretamente Financiados pela EU	895.567	0,5%	90.113	0,7%	0,0%	0,0%	90.113	-
4.8.3 Projetos diretamente Financiados pela EU	70.000.000	40,9%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
4.8.6 Projetos diretamente Financiados pela EU	6.800.000	4,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
5.1.1 Contrato Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	24.691.376	14,4%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
5.1.1 Contrato Programa com a ACSS - Iniciativas Covid19	5.192.856	3,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
5.1.2 Projetos diretamente Financiados pela EU	0	0,0%	0	0,0%	17.033	0,2%	-17.033	-100,0%
5.1.3 Transferências Correntes	44.005	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
5.1.3 Faturação SNS	493.658	0,3%	234.441	1,9%	164.423	2,0%	70.018	42,6%
5.1.3 Faturação outras entidades	2.586.437	1,5%	278.674	2,3%	80.393	1,0%	198.281	246,6%
5.1.3 Venda de bens de Investimento	69.912	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%	0	-
Subtotal	162.671.529	95,0%	6.955.989	56,6%	8.274.825	100,0%	-1.318.837	-15,9%
Saldo de gerência anterior	8.636.892	5,0%	5.325.619	43,4%	0	0,0%	5.325.619	-
Total Geral	171.308.421	100,0%	12.281.608	100,0%	8.274.825	100,0%	4.006.783	48,4%

Comparativamente ao período homólogo do exercício anterior, expurgando o efeito do saldo de gerência, a redução ocorrida de 1.318.837 euros é essencialmente justificada pela redução de receita associada a transferências via OE para manutenção de sistemas em contínuo (-1.750.000 euros), apesar do aumento de receita associado sobretudo a projetos SAMA (+129.937 euros) e proveniente de faturação a outras entidades (+198.281 euros).

Salienta-se que a baixa execução da receita, comparativamente aos valores orçamentados, tem associada uma forte dependência das verbas provenientes da ACSS relacionadas com o Contrato Programa e da execução de projetos integrados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência que se encontram orçamentadas, mas que ainda não registaram execução relevante no primeiro trimestre, muito embora esta situação não dependa exclusivamente da Entidade.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 1.º trimestre de 2022, ao montante de 5.216.774 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2022	Cativação 2022	Orçamento Disponível Ano 2022		Despesa paga 1ºT2022		Despesa paga 1ºT2021		Variação 2022/2021		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01 Despesa com pessoal	20.680.352		20.680.352	100,0%	2.349.678	45,0%	2.174.593	41,3%	175.085	8,1%	11,4%	11,4%
02 Aquisição de bens e serviços	95.281.431	1.029.456	94.251.975	98,9%	2.340.850	44,9%	2.243.834	42,6%	97.016	4,3%	2,5%	2,5%
06 Outras despesas correntes	3.716.710		3.716.710	100,0%	526.246	10,1%	843.875	16,0%	-317.628	-37,6%	14,2%	14,2%
Despesas correntes	119.678.493	1.029.456	118.649.037	99,1%	5.216.774	100,0%	5.262.301	100,0%	-45.527	-0,9%	4,4%	4,4%
07 Aquisição de bens de capital	42.993.036	0	42.993.036	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	-	0,0%	0,0%
Despesas de capital	42.993.036	0	42.993.036	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	-	0,0%	0,0%
Total Geral	162.671.529	1.029.456	161.642.073	99,4%	5.216.774	100,0%	5.262.301	100,0%	-45.527	-0,9%	3,2%	3,2%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Tal como verificado ao nível da receita, o nível de execução no primeiro trimestre foi modesto, quando comparado com os valores totais orçamentados para a totalidade do ano;
- A despesa com a rubrica de recursos humanos ascendeu a 2.349.678 euros (45,0% do total da despesa paga no trimestre), assumindo-se assim como a principal componente de gastos do trimestre, à semelhança aliás do que já tinha sucedido no período homólogo de 2021, em que o peso desta componente também assumiu 41,3% do total de gastos daquele período;
- No que respeita a despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 2.340.850 euros (44,9% do total da despesa paga), a mesma reflete um aumento de 2,5% face ao período homólogo anterior, embora ainda muito abaixo dos valores orçamentados para o exercício, o que está sobretudo associado ao facto de ainda não se terem iniciado muitos dos projetos previstos, designadamente no âmbito do PRR;

- Em termos globais, a despesa ocorrida no trimestre reflete uma redução de 0,9% face ao período homólogo do ano anterior, devido ao efeito conjugado do aumento das despesas referidas anteriormente com a diminuição de 317.628 euros ocorrida na rubrica de outras despesas correntes;
- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa cifrou-se em 3,2%.

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 31MAR2022, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2021, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes.

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do 1.º Trimestre ascende a 5.865.447 euros, refletindo um decréscimo de 9% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente do efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 599.019 euros, dado que os novos investimentos efetuados no exercício, no montante de 17.883 euros, assumem reduzida expressão. De salientar que, face ao investimento orçamentado para o ano de 2022, os investimentos realizados no trimestre apresentam uma taxa de 0,01%, sendo a baixa execução explicada essencialmente pela não execução do investimento relacionado com o PRR.
- A rubrica de Clientes apresenta, a 31MAR2022, um saldo de 1.252.082 euros, refletindo um decréscimo de 202.198 euros face a 31DEZ2021. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do trimestre é a ACSS, representando cerca de 86% do total do saldo total a receber.
- A rubrica de Outras contas a receber apresenta, a 31MAR2022, o saldo de 12.687.303 euros (+8.651.804 euros do que em 31DEZ21), resultando essencialmente de montantes a faturar relativos ao Centro de Contacto do SNS24 (7.754.989 euros) e do Contrato Programa com a ACSS (4.904.799 euros), relativos aos serviços prestados no decorrer do primeiro trimestre de 2022.
- A rubrica de diferimentos com referência a 31MAR22 ascende a 2.683.467 euros, respeitante essencialmente ao diferimento de parte do montante associado ao contrato de licenciamento da Microsoft, que tem carácter plurianual.

- O montante de Depósitos Bancários e Caixa, no final do primeiro trimestre, ascendia a 51.101.569 euros, estando a totalidade do montante depositada no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.
- A rubrica de Património Líquido apresenta um saldo no montante de 52.541.895 euros, representando um acréscimo de 1,5% relativamente a 31DEZ2021, decorrente do resultado apurado no 1.º trimestre de 2022, no montante de 756.401 de euros. As rubricas de Património Líquido evidenciam já a aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2021, no montante de 1.278.526 euros, de acordo com a proposta formulada pelo Conselho de Administração, muito embora os documentos de prestação de contas ainda não tenham sido aprovados pelas Tutelas.
- O total do Passivo, no montante de 22.469.204 euros, reflete um aumento de 6.002.240 euros (+36,45%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada essencialmente pelo aumento da rubrica de Fornecedores (+5.556.046 euros). Destacam-se os saldos a pagar à MEO, S.A. (3.829.248 euros), Sigesa – Sistema de Gestão de Saúde (502.030 euros) e Altran – Altranportugal, S.A. (460.272 euros), representando no seu conjunto 70% da totalidade desta rubrica.

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro trimestre de 2022 Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2022, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rúbrica deste Plano.

Salienta-se que o PAO 2022 foi objeto de apreciação por parte da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, tendo concluído que o mesmo reunia as condições necessárias para a sua aprovação por parte do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, o que veio a suceder através do Despacho n.º 354/2022 – SET, de 25 de março de 2022.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro trimestre foi desfavorável, comparativamente aos montantes orçamentados, apurando-se um resultado líquido de 765.401 euros (inferior em 28,2%, face ao orçamentado), justificado sobretudo pela execução desfavorável das rubricas de Transferências Correntes e Subsídios (-78%) e Vendas e Serviços Prestados (-18,8%), não integralmente compensada pelo menor gasto ocorrido ao nível das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, cujo gasto ascendeu a 10.065.888 euros, representando apenas uma execução de 23,8% face ao orçamentado, bem como de Gastos com Pessoal, que também ficaram aquém do orçamentado.

Na componente dos gastos, importa salientar a menor execução verificada na rubrica de FSE (-35.544.383 euros), que conforme relatado no relatório elaborado pelo Conselho de Administração, se deveu em parte à não execução da despesa no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como da não execução da despesa relativa ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

Naturalmente que este comportamento está associado ao desvio desfavorável registado na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios Obtidos, devido à não transferência destas verbas no trimestre em análise.

Relativamente à rubrica de gastos com pessoal, ascende ao montante de 2.667.591 euros, apresentando uma diminuição de 783.628 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do 1.º trimestre de 2022 ascende assim a 14.542.354 euros, apresentando uma execução de 31% face ao orçamentado, contribuindo assim favoravelmente para o resultado apresentado no primeiro trimestre.

O total de rendimentos ascende a 15.298.754 euros, apresentando uma execução de 29% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (-1.150.064 euros), e Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-36.021.187 euros).

6. NOTA FINAL

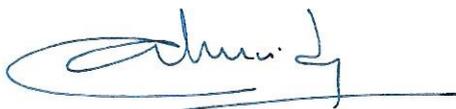
Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 23 de maio de 2022

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço

em 31 de março 2022 e em 31 de dezembro de 2021

Valores
em euros

BALANÇO	31-03-2022	31-12-2021	Var Real 31MAR22 - 31DEZ21	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5.865.447	6.446.583	-581.136	-9,0%
Ativos intangíveis	0	0	0	nd
Ativos por Impostos Diferidos	11.011	11.011	0	0,0%
Outros Ativos financeiros	28.832	22.893	5.939	25,9%
Subtotal	5.905.290	6.480.487	-575.198	-8,9%
Ativo corrente				
Inventários			0	nd
Clientes	1.252.082	1.454.280	-202.198	-13,9%
Adiantamentos a Fornecedores			0	nd!
Estado e outros entes públicos	1.381.388	953.061	428.327	44,9%
Outras contas a receber	12.687.303	4.035.499	8.651.804	214,4%
Diferimentos	2.683.467	4.897.187	-2.213.720	-45,2%
Caixa e depósitos bancários	51.101.569	50.431.943	669.626	1,3%
Subtotal	69.105.809	61.771.970	7.333.838	11,9%
Total do Ativo	75.011.098	68.252.458	6.758.641	9,9%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património	26.260.689	26.260.689	0	0,0%
Reservas	10.523.112	9.517.407	1.005.705	10,6%
Resultados transitados	-34.124.599	-34.397.420	272.821	-0,8%
Outras variações no Património Líquido	49.126.292	49.126.292	0	0,0%
	51.785.494	50.506.968	1.278.526	2,5%
Resultado líquido do período	756.401	1.278.526	-522.125	-40,8%
Total do Património Líquido	52.541.895	51.785.494	756.401	1,5%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	4.418.398	4.418.398	0	0,0%
Subtotal	4.418.398	4.418.398	0	0,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	6.871.470	1.315.424	5.556.046	422,4%
Estado e outros entes públicos	752.086	1.284.213	-532.127	-41,4%
Fornecedores de investimentos	17.883	0	17.883	nd
Outras contas a pagar	9.051.742	8.168.861	882.881	10,8%
Diferimentos	1.357.625	1.280.068	77.557	6,1%
Subtotal	18.050.805	12.048.565	6.002.240	49,8%
Total do Passivo	22.469.204	16.466.963	6.002.240	36,45%
Total do Património Líquido e do Passivo	75.011.098	68.252.458	6.758.641	9,9%

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 31 de março de 2022

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 31MAR22	Real 31MAR21	Orçamento 31 MAR22	Variação Real 31MAR22 - 31MAR21		Variação Real 31MAR22 - Orç 31MAR22	
				Valor	%	Valor	%
				Prestação de Serviços	4.923.967,2	2.253.483,9	6.074.030,9
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	10.065.888,2	11.579.972,0	46.087.074,8	-1.514.083,8	-13,1%	-36.021.186,6	-78,2%
Fornecimentos e serviços externos	-11.092.986,2	-12.135.896,0	-46.637.369,5	1.042.909,8	-8,6%	35.544.383,3	-76,2%
Gastos com o pessoal	-2.667.590,5	-2.594.784,0	-3.451.218,1	-72.806,4	2,8%	783.627,6	-22,7%
Outros rendimentos e ganhos	308.898,9	253.619,5	93.039,5	55.279,4	21,8%	215.859,4	232,0%
Outros gastos e perdas	-182.758,1	-73.776,1	-31.250,0	-108.981,9	147,7%	-151.508,1	484,8%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.355.419,6	-717.380,7	2.134.307,6	2.072.800,4	-288,9%	-778.888,0	-36,5%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-599.019,1	-575.239,1	-820.939,4	-23.780,0	4,1%	221.920,3	-27,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	756.400,5	-1.292.619,8	1.313.368,2	2.049.020,3	-158,5%	-556.967,6	-42,4%
Resultado antes de impostos	756.400,5	-1.292.619,8	1.313.368,2	2.049.020,3	-158,5%	-556.967,6	-42,4%
Imposto sobre o rendimento do período		-1.139,9	-260.000,0	1.139,9	-100,0%	260.000,0	-100,0%
Resultado líquido do período	756.400,5	-1.293.759,7	1.053.368,2	2.050.160,2	-158,5%	-296.967,6	-28,2%
Resultado Líquido	756.400,5	-1.293.759,7	1.053.368,2	2.050.160,2	-158,5%	-296.967,6	-28,2%